

Notícias Sindicais, 18/09/14

Portal da CUT

Confab Equipamentos entra no segundo dia de greve

Movimento é por tempo indeterminado, informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba
Escrito por: Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba e Região/SP • Publicado em: 17/09/2014

A greve na fábrica Confab Equipamentos entrou para o segundo dia nesta quarta-feira, dia 17, pela Campanha Salarial.

Como não há nenhuma proposta da empresa até o momento, o Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba-CUT conversou com os trabalhadores e eles decidiram retornar para suas casas assim que chegaram. Pouco depois, os trabalhadores do setor administrativo também foram embora. Essa unidade da Tenaris Confab permanece completamente paralisada.

Segundo o presidente do sindicato, Renato Marcondes - Mamão, uma reunião com a direção da empresa pode ocorrer hoje. "A alta direção da fábrica já está aqui e a bancada patronal do Grupo 2 abriu agenda de negociação com a Federação. É prova de que a pressão feita com a greve já está dando resultado", disse Mamão.

Nessa quarta-feira, dia da greve, a bancada patronal do Grupo 2, ao qual a Confab pertence, abriu agenda de negociação com a FEM-CUT/SP (Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT em São Paulo), o que não ocorria há mais de 20 dias. A próxima rodada será nessa quinta-feira, dia 18, na sede da Fiesp. O Grupo 2 envolve o maior número de trabalhadores em negociação nesta Campanha Salarial, com 89 mil metalúrgicos em todo o Estado.

A Confab Equipamentos emprega cerca de 1.200 trabalhadores no distrito de Moreira César.

Portal da CUT

"Sindicalismo na Unasul fortalece democracia e integração"

Afirma Antonio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da CUT

Escrito por: Leonardo Severo • Publicado em: 17/09/2014

"Fortalecer a ação sindical na Unasul significa avançar a democracia e a integração regional, cumprindo um papel fundamental no enfrentamento à crise dos países capitalistas centrais, que adotam cada vez mais uma política em favor das grandes corporações transnacionais e do sistema financeiro", afirmou o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa, durante reunião com movimentos sociais, nesta terça-feira, na sede da Confederação Sindical das Américas (CSA) em São Paulo.

De acordo com Lisboa, "como bem demonstraram as práticas dos governos democrático-populares que se insurgiram contra a lógica neoliberal em nosso Continente, o papel do Estado como instrumento de indução do desenvolvimento precisa ser reforçado, pois não será minimizando os instrumentos de proteção social e os direitos dos cidadãos que construiremos sociedades mais justas".

Efetivada em julho de 2010, a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) congrega todos os países da América do Sul, somando mais de 400 milhões de habitantes, passando a ser uma caixa de ressonância de posições mais progressistas. De acordo com Lisboa, "com tão pouco tempo de existência, a Unasul já representa uma experiência muito importante, com resultados bastante positivos no enfrentamento e resolução das crises, como se viu na Venezuela, no Equador e na Bolívia". O protagonismo exercido, avalia o líder cutista, "se deveu à capacidade de diálogo com os mais amplos setores, isolando os ataques golpistas da direita". "Mais do que nunca, pelo momento que estamos vivendo e pelo seu desdobramento para o futuro dos nossos países e povos, a integração precisa ser em todas as áreas: econômica, financeira, cultural, educacional e de direitos humanos. Só assim concretizaremos a América Latina como uma peça de peso no tabuleiro mundial", acrescentou.

Na avaliação de Lisboa, a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (Plada), apresentada pela CSA, representa um mecanismo de aprofundamento das relações sindicais e trabalhistas que dá maior dimensão política à integração, "apostando na democracia participativa, na complementaridade entre representatividade e instrumentos de consulta popular e participação direta". Por isso, uma das propostas elencadas pela CSA é a criação de um Fórum Sindical da Unasul, além da participação nos fóruns da sociedade civil. "O movimento sindical enxerga a Unasul como um espaço privilegiado para debater o mundo do trabalho e construir novas relações de poder", concluiu.

Portal da CUT

CUT-SP repudia truculência da PM contra sem-teto

Para Central, Alckmin (PSDB) trata falta de moradia como caso de polícia

Escrito por: CUT-SP • Publicado em: 17/09/2014

A CUT São Paulo repudia a violência cometida pela Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo contra os moradores sem-teto na manhã dessa terça (16). Os militantes ocupavam há cerca de seis meses um edifício de 20 andares do antigo e abandonado Hotel Aquarius, na Avenida São João, no centro da capital paulista. A reintegração foi determinada pela juíza da 25ª Vara Cível do Foro Central, Maria Fernanda Belli.

As lideranças das 205 pessoas que estavam no local explicam que os objetos lançados pelos moradores aconteceram após o arremesso de bombas de gás lacrimogêneo dentro do prédio, às 7h11, que partiu dos policiais e seguiu até às 9h.

O centro da capital foi tomado pela PM como se estivessemos num cenário de guerra com o uso de balas de borracha, spray de pimenta, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, ação que nos faz recordar a ação violenta da polícia militar do Estado de São Paulo em junho do ano passado, durante as mobilizações pacíficas, e a reintegração do Pinheirinho, em janeiro de 2012.

A Central critica a falta de diálogo e a criminalização dos movimentos sociais pelo governo do PSDB de São Paulo, que agiu com truculência em uma ocupação onde havia, inclusive, crianças de colo e idosos. A pressão social por moradia, saúde, educação e direito de greve não deve ser confundida com a tática de violência e depredação do patrimônio que não são características dos que lutam por uma sociedade melhor.

Responsabilizamos o governador Geraldo Alckmin pelas medidas cometidas no centro da capital. Mais do que nunca, é preciso rever a postura adotada frente às lutas por mais direitos humanos. Acreditamos que não é o uso desproporcional da força que resolverá questões cruciais que afetam a população, como é caso da moradia.

São Paulo, 17 de setembro de 2014.

Direção da CUT São Paulo

Portal da CUT

Trabalhadores paulistas cobram R\$ 50 mi do governo

Servidores da Fundação Casa foram vítimas de demissões arbitrárias

Escrito por: CUT-SP - Vanessa Ramos • Publicado em: 17/09/2014

A maior demissão em massa de servidores públicos da Fundação Casa (antiga Febem), considerada arbitrária pela última instância da Justiça, já soma aproximadamente R\$50 milhões. A informação é do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região de São Paulo (TRT-2), em resposta à CUT São Paulo nesta terça-feira (16).

O processo, que envolve 923 trabalhadores, foi aberto logo depois da demissão de 1.751 agentes que atuavam nos principais complexos da entidade, em 2005, quando o presidente da Fundação Casa era Alexandre Moraes. Geraldo Alckmin (PSDB) também era governador à época e chegou a afirmar que a medida fazia parte de um planejamento 'radical' para mandar embora os maus agentes, considerados pelo governo como torturadores.

Após decisão judicial, parte dos trabalhadores foi reintegrada em 2005 e 2007, mas o governo precisará expedir precatórios (dívida judicial do Estado) por conta dos salários atrasados, danos morais e direitos trabalhistas. O último trâmite processual ocorreu no dia 2 de setembro deste ano. Segundo o TRT-2, "o processo se encontra em fase de liquidação, aguardando a elaboração de cálculos para apurar o valor devido a cada credor".

Presidente da CUT/SP, Adi dos Santos Lima, considera irresponsável a atitude do governo com relação aos servidores. "Os trabalhadores da antiga Febem vivem até hoje uma situação de incerteza econômica e de como será o amanhã. Quem garante a eles que medidas como essas, julgadas como arbitrárias pelo próprio Supremo Tribunal Federal, não irão mais se repetir aqui em São Paulo? A falta de diálogo do governo Alckmin com os trabalhadores é lamentável", opina.

O presidente Aldo Damião Antônio, do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família (Sitraemfa), explica que a truculência se tornou uma forma de administrar e que o governo paulista, por conta disso, tem sofrido ao longo dos últimos anos inúmeros processos trabalhistas. "Eles não negociam, esperam que a gente chegue aos tribunais para resolver as questões. Acabam gastando muito mais do dinheiro do contribuinte com as ações judiciais, em casos que poderiam ser resolvidos por meio do diálogo. O quinquênio, por exemplo, é um dos nossos benefícios que o governo não paga".

As entidades cutistas esperam retorno favorável da Justiça para que as dívidas que constam no processo coletivo sejam individualizadas e transformadas em precatórios. O secretário de Assuntos Jurídicos do Sitraemfa, Edson Brito, aponta que a CUT e o sindicato continuarão acompanhando o processo. "As pessoas podem esperar até 10 anos para receber o precatório, mas

o fato de terem o título em mãos já é uma garantia de que terão uma recompensa frente às injustiças do governo de São Paulo”.

Segundo Brito, as demissões causaram problemas pessoais irreversíveis. “Alckmin rotulou a imagem dos agentes. Quando ele disse que estava demitindo torturadores, isso causou danos porque funcionários passaram a ser ofendidos nas ruas, na própria vizinhança ou dentro da família. Temos casos de servidores que adoeceram, um que se tornou mendigo e quatro trabalhadores que cometeram suicídio”, relata.

Questionada, a Fundação Casa disse que não irá se pronunciar sobre o caso.

Portal da CTB

Desinteresse patronal trava negociações com metalúrgicos no Sul

Na terceira rodada de negociação do dissídio dos metalúrgicos de Carlos Barbosa, em Caxias do Sul (RS), o Sindicato se deparou mais uma vez com a intransigência dos patrões.

Na sexta-feira (12), na terceira rodada de negociação do dissídio dos metalúrgicos de Carlos Barbosa, o Sindicato se deparou mais uma vez com a intransigência dos patrões. Sabendo da expectativa dos trabalhadores com a Campanha Salarial, o sindicato sentou junto aos representantes do Simecs, em Caxias do Sul, e apresentou uma flexibilização no índice do reajuste salarial para 9,5%, ou seja, um ganho real de um pouco mais de 3% (inflação de 6,33%). Também, o sindicato discutiu sobre uma flexibilização do piso mínimo, de R\$ 1.500,00 para R\$ 1.100,00, a liberação dos pais (pai e mãe), para acompanhar os filhos para consultas médicas e hospitalização de crianças até 5 anos de até 5 dias, sendo que hoje a liberação é para crianças até 3 anos com 2 dias pagos pela empresa, e o pagamento de 100% a partir da primeira hora extra.

Conforme o presidente Todson Marcelo Andrade, a entidade adotou essa medida porque acredita que a situação favorável das empresas de Carlos Barbosa dá vazão para que se chegue a um bom acordo. No entanto, aguardando o posicionamento do Simecs, acreditando que a patronal viria com uma proposta concreta para que a negociação pudesse avançar, o presidente, demais representantes da entidade presentes e o advogado foram surpreendidos quando o Simecs não tinha nenhuma proposta a oferecer, mesmo após a direção tomar conhecimento que o Simecs distribuiu cartazes nas empresas afirmando querer fechar a negociação ainda em setembro. A direção do sindicato acredita no diálogo e quer o melhor para os trabalhadores. Os patrões estão sendo contraditórios, dizendo querer fechar o dissídio ainda em setembro, mas não evoluíram na proposta.

Outra discussão levada à mesa é sobre o posicionamento das empresas em relação as horas na paralisação dos trabalhadores. A direção da entidade reafirma que as horas serão negociadas na mesa, e não aceitarão posições unilaterais das empresas. É um direito do trabalhador de se manifestar, e as horas paradas serão negociadas na mesa, como sempre foi feito em anos anteriores.

A próxima rodada de negociação não tem data definida, ficando acertado apenas que será realizada esta semana. “Esperamos que a patronal esteja disposta, assim como o sindicato, em dialogar sobre o melhor para os trabalhadores. Não queremos apenas mais uma reunião de protocolo, sem evolução. Não vamos abrir mão de um reajuste digno, e dizemos não ao parcelamento”, destacou Todson. Estiveram presentes à reunião, além do presidente, o vice-presidente da entidade Vanderlei Werner, o tesoureiro Volnei da Cruz, diretor sindical Dirceu Luiz Deconti e a assessoria jurídica Pita Machado, com o advogado João Ritzel Remédios.

Fonte: Portal dos Metalúrgicos de Carlos Barbosa

Jornal do Brasil, 17/09/14

Dilma diz que não reduz direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”

A presidenta Dilma Rousseff, que disputa a reeleição pelo PT, afirmou hoje (17) que não fará reformas na lei trabalhista que reduzam direitos dos trabalhadores, “nem que a vaca tussa”. Segundo Dilma, o direito às férias e ao décimo terceiro salário está entre os itens que não podem ser alterados para atender a interesses de empresários.

“Eu não mudo direitos na legislação trabalhista. Férias, décimo terceiro, FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], hora extra, isso não mudo nem que a vaca tussa”, enfatizou a candidata, em entrevista após encontro com empresários na Associação Comercial e Industrial de Campinas, no interior paulista.

Em alguns casos, segundo Dilma, é possível fazer adaptações na lei, mas sem reduzir direitos, como no caso de trabalho de jovens aprendizes em micro e pequenas empresas. A candidata lembrou que a lei determina que os empresários paguem pela formação dos aprendizes, mas, para estimular a contratação, o governo anunciou na última semana que, nesses casos, a formação será custeada com recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A candidata à reeleição voltou a comentar uma proposta apresentada nos últimos dias, de que, se reeleita, criará um regime tributário de transição para que micro e pequenos empresários não tenham que limitar o crescimento por medo de perder os benefícios e isenções do Simples Nacional. Dilma também se comprometeu a “acabar com a indústria da multa”, garantindo que a atuação dos fiscais tributários nas empresas de pequeno porte seja primeiro educativa, antes da aplicação da punição.

Ela reforçou o compromisso de reduzir a burocracia para os processos de abertura e, principalmente, fechamento de empresas e disse que as primeiras medidas serão anunciadas ainda neste mês. “Abrir e fechar empresas no Brasil é, de fato, um grande desafio. Temos o compromisso de assegurar que esse tempo seja reduzido, que saia de 100, para, em alguns casos, cinco dias”.

Portal da CSB

Operação flagra trabalho escravo em carvoaria de Pintópolis, Minas Gerais

Quatro trabalhadores, três homens e uma mulher, foram resgatados. Uma das fazendas envolvidas é de um juiz aposentado

Quatro pessoas foram encontradas em condições análogas ao trabalho escravo em uma carvoaria de uma fazenda em Pintópolis (MG), nesta segunda-feira (15). A operação foi coordenada pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio da Polícia Federal.

A ação foi desencadeada após uma denúncia de que os trabalhadores estavam em condições análogas à de escravos na Fazenda Alegre, que pertence a Murilo Faria, juiz aposentado. No local, os fiscais tiveram a informação de que eles haviam sido deslocados e escondidos em outro lugar, na Fazenda Mangues. As propriedades são vizinhas e em ambas foram encontradas carvoarias.

“Aqui não há nenhum direito que esteja sendo garantido a eles, desde a formalização em carteira, até os equipamentos de proteção, local de alojamento e alimentação. Nada está sendo garantido aos trabalhadores. Eles estão aqui desumanizados, estão sendo tratados como objetos, como coisas”, fala Marcelo Campos, auditor fiscal do trabalho.

No ambiente encontrado pela equipe responsável pela operação havia barracos de lona e camas improvisadas. Os trabalhadores cozinham em fogões à lenha, com água que não sabiam de onde vinha e que ficava dentro de tambores. A comida estava armazenada em meio às roupas, em prateleiras, a carne foi encontrada em um balde. Eles tomavam banho em uma caixa, ao lado dos fornos, e faziam as necessidades no mato. Descansavam cerca de cinco horas por dia. Trabalhavam todos os dias da semana, sem folgas. Eles não usavam nenhum equipamento de proteção e estavam com botas furadas e machucados nas mãos. Alguns relatam que passavam mal e foram parar no hospital, por conta do serviço.

Há cinco meses trabalhando de graça

Wagner Silva, um dos trabalhadores resgatados, conta que eles começaram a trabalhar na Fazenda Alegre há mais de dois anos. Recentemente eles foram expulsos, depois que o proprietário foi multado pela Polícia Militar de Meio Ambiente, por não ter licença para exploração da madeira e fabricação do carvão. Ele também ficou sabendo que seria alvo de uma possível fiscalização.

“Saímos correndo. Até a lona dos barracos de lá nós trouxemos para montar aqui”, conta. Wagner Silva começou a trabalhar em carvoarias aos 17 anos, já morou em Pirapora e São Romão. A esposa e as filhas dele residem em Pintópolis, mas eles chegam a ficar seis meses sem se encontrar. “As últimas vezes que eu vi elas foi quando saí carregado daqui pelo Samu, com dor no peito e no balão de oxigênio. Passei lá em casa rapidinho e voltei. Não vou porque nunca tenho folga e nem dinheiro.”

O médico que atendeu o rapaz disse que os problemas de saúde podem estar relacionados ao trabalho. Dois exames foram pedidos, mas como Wagner não tem dinheiro para fazê-los, continua sem um diagnóstico, por isso afirma que “tem as veias do peito estouradas”.

A carteira do trabalhador foi assinada após uma fiscalização anterior do Ministério do Trabalho e Emprego, em Pirapora. Ele diz nunca que teve férias ou recebeu 13º salário. E está há mais de cinco meses trabalhando sem ganhar nada.

Patrão só no papel

O responsável por registrar a carteira de Wagner, desde os tempos em que ele trabalhava em outros municípios, é Juarez Rodrigues, que também é sogro dele. Apesar de estar na condição de empregador, Juarez também trabalhava em condições que se assemelham à escravidão.

Ele conta que “para fichar Wagner tive que vender o único bem que tinha, um pedacinho de terra”. E apesar de teoricamente ser o patrão, grande parte do que ganha vai para os donos das fazendas. Na Alegre, o proprietário ficava com R\$ 600 de cada caminhão que saía. Já na Mangues, o dinheiro iria ser pago diretamente para dono da terra, que repassaria R\$ 25 por m³ para Juarez.

Juarez

Além disso, o trabalhador também paga há dois anos por um trator que comprou com o caminhoneiro que busca o carvão nas fazendas, e leva até as siderúrgicas. Essa mesma pessoa também emprestou dinheiro para que os fornos fossem construídos, e às vezes fazia a compra dos alimentos consumidos pelos trabalhadores. Juarez, que não sabe ler e escrever, desenhou o nome em várias promissórias, que são pagas mensalmente. Ele diz que não sabe o quanto já foi pago e nem quanto ainda deve.

"Nós trabalhamos para comer e pagar conta. Minha mulher que também tá aqui passa mal, tem que tomar remédios controlados, mas eu não tenho dinheiro para comprar", diz. A esposa dele, Maria Lenir Gomes da Cruz, também foi resgatada da carvoaria.

Juarez começou a trabalhar na Fazenda Alegre, depois de um convite de um homem, que posteriormente percebeu que o negócio não era vantajoso e abandonou a carvoaria. "Viemos para cá com o Vadim, dormimos em uma noite fria, sem barraco, sem lona, sem nada."

Sonho de voltar a ser vaqueiro

Lucélio Rodrigues Nogueira, de 21 anos, também trabalhava na carvoaria. Ele é natural de Itacarambi e chegou na região em 01/01/2013, a convite do filho do proprietário da Fazenda Alegre. "Ele disse que me pagaria R\$ 25 por dia, depois passou para R\$ 30, mas nunca ninguém pediu minha carteira de trabalho para me fichar."

Ele também conta que eles dormem das 20h até às 1h, passam o dia, parte da noite e da madrugada vigiando os fornos. "Temos que ficar em cima, senão o carvão pode passar do ponto e aí a produção é toda perdida."

Para Lucélio, o pior aspecto do trabalho é ter que conviver com o calor que sai dos fornos. "Sinto muita falta de ar e tontura. Mas quando a gente passa mal, o jeito é sair uns minutinhos e voltar rápido. Também não enxergo bem, meus olhos ficam muito embaçados. Meu colega já levou até picada de escorpião aqui."

Quando questionado sobre o porque de não sair do trabalho, Lucélio diz que sonha em voltar a ser vaqueiro e tem vontade de estudar. "Já colhi goiaba e banana, mas gosto mesmo é de ser vaqueiro. Mas pra gente que tá aqui é difícil sair, hoje em dia não dá pra arrumar emprego sem estudo."

Outra irregularidade

Além dos quatro trabalhadores, a fiscalização também encontrou um funcionário da Fazenda Mangues trabalhando sem carteira assinada, há mais de cinco anos. José Afonso Correias é o responsável por cuidar de toda a propriedade. Ele conta que trabalha seis dias por semana, nunca tirou férias e nem recebeu 13º. Além do salário mínimo, o patrão fornece para ele uma cesta básica e as botinas.

"Ele me contratou dizendo que ia assinar a carteira, mas falou que estava ajeitando os papéis, há mais ou menos uns 10 dias veio aqui e pegou todos os meus documentos para me fichar", fala.

O que será feito

Marcelo Campos, do Ministério do Trabalho, fala que as quatro pessoas serão retiradas imediatamente das condições em que foram encontradas. Os fazendeiros foram notificados a apresentar documentos e comparecer junto às autoridades que fizeram a fiscalização.

"Buscaremos a garantia do pagamento de todas as verbas rescisórias e de todos os direitos trabalhistas. Os trabalhadores também vão fazer jus a um seguro desemprego especialmente pago em situações de trabalho escravo. Já os que perpetraram o crime, vão ser responsabilizados administrativamente pelo Ministério do Trabalho e também no âmbito judicial, a partir de ações propostas pelo Ministério Público do Trabalho e pela Procuradoria da República. "

O que dizem os envolvidos

Murilo Faria, dono da Fazenda Alegre, não estava no local. A esposa dele, que estava na propriedade, falou que não tinha interesse em se manifestar.

Já Pedro Ribeiro da Silva Filho não foi encontrado na Fazenda Mangues. A reportagem do G1 tentou falar com ele, mas o telefone estava desligado. No momento em que a fiscalização estava no local, o funcionário José Afonso apresentou um contrato de arrendamento da terra para a exploração do carvão, mas não ficou comprovada a autenticidade do documento.

Em ambas as situações não foi confirmada a existência de licenciamento ambiental para a extração da madeira e para a atividade de produção de carvão.

Fonte: G1

Portal da CTB

Contag e OIT promovem oficina de combate ao trabalho escravo, em Brasília

De 1995 a maio de 2014 foram realizadas 1.587 operações de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo no Brasil, onde foram inspecionados 3.773 estabelecimentos. Nesse período,

foram libertados um total de 46.588 trabalhadores e trabalhadoras. Esses e outros números estão sendo apresentados na Oficina Nacional de Formação de Multiplicadores no Combate ao Trabalho Escravo, atividade promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), desta quarta (17) a sexta (19), em Brasília, com a presença de assessoria e dirigentes de Assalariados e Assalariadas Rurais das Federações.

Na manhã desta quarta, o coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas do escritório da OIT no Brasil, Luiz Machado, contextualizou as ações do órgão da ONU de combate ao trabalho forçado no mundo, e também apresentou as convenções, protocolos e recomendações existentes para este fim.

Nos relatórios globais da OIT, o trabalho forçado é conceituado da seguinte forma: exigido sob ameaça de punição, que se conclui de maneira involuntária (sem consentimento); não pode ser confundido com salários baixos ou condições precárias (nesse caso é trabalho degradante); uso da coação; privar de liberdade; e violação de direitos humanos.

Segundo os dados da OIT, o trabalho forçado está presente em todos os continentes, em todos os tipos de economia, está generalizado no mundo e não só nas relações informais. O total de vítimas do trabalho forçado no mundo, segundo estimativas da OIT, chega a 20,9 milhões de pessoas.

E o Brasil, hoje, apesar de ainda ter um alto índice de trabalhadores(as) em condições análogas à de escravidão, é referência mundial no combate a essa prática devido a várias iniciativas: grupos especiais móveis de fiscalização; mais de 46 mil trabalhadores resgatados; Plano Nacional; Conatrae; criação e divulgação da chamada "Lista Suja"; denúncias e condenações por danos morais coletivos; lançamento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo; ações de prevenção e reinserção. "O Brasil só não é um caso de sucesso porque ainda não erradicou o trabalho escravo", destacou Luiz Machado.

A outra apresentação da manhã foi realizada pela Subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Contag. Foram destacadas informações sobre o assalariamento rural e trabalho escravo no Brasil. O primeiro ponto mostrou o número de ocupados no meio rural, um total de 4,1 milhões, segundo dados da Pnad 2012-IBGE. Desse montante, 3,6 milhões são homens (70,8%) e 449 mil são mulheres (29,2%). Já a taxa de assalariamento no campo é de 30%, ou seja, a cada 100 pessoas ocupadas no setor agrícola, 30 estão na condição de assalariadas.

Outro ponto destacado na apresentação do Dieese foi a taxa de informalidade nas relações de trabalho no campo. Em 2012, o índice era de 60,1%. Apesar de alta, a informalidade vem reduzindo ao longo dos anos (16,2% em 12 anos). No entanto, o secretário de Assalariados(as) Rurais da Contag, Elias D'Angelo Borges, mostrou-se preocupado com esse índice, principalmente porque ele gera enormes prejuízos e consequências para os trabalhadores(as) rurais assalariados(as), como a desproteção previdenciária, dentre outros. "É por esse e outros motivos que estamos realizando esta oficina. Os postos de trabalho diminuíram, mas a informalidade e o trabalho escravo ainda estão presentes. Precisamos fazer mais e efetivamente buscar melhorar as nossas ações", ressaltou o dirigente.

A programação continua com debates, trabalho em grupo e aprofundamento de temas também relacionados ao combate ao trabalho escravo.

Fonte: Contag, por Verônica Tozzi

Opera Mundi

Malásia: 1 em cada 3 operários está em situação análoga à escravidão em fábricas de eletrônicos

Redação | São Paulo - 17/09/2014 - 13h35

Irregularidade foi constatada em estudo para governo dos EUA em empresas que prestam serviço para Samsung, Sony e Apple; só a última se manifestou

Um em cada três empregados da indústria de equipamentos eletrônicos na Malásia trabalham em condições análogas à escravidão, com restrição de liberdade e trabalhos forçados. A constatação consta do relatório realizado pela ONG Verité, com sede nos Estados Unidos, a pedido do governo norte-americano e divulgado nesta quarta-feira (17/09).

O grupo de monitoramento, que verifica as condições de trabalho de trabalhadores ao redor do mundo, conduziu a investigação de dois anos a pedido do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, que dispõe de uma legislação para proibir a importação de produtos fabricados com mão de obra forçada.

O levantamento aponta que 32% dos trabalhadores da indústria eletrônica, aproximadamente 200 mil imigrantes, realizam trabalho forçado, uma vez que têm o passaporte

apreendido, são forçados a pagar altas taxas ilegais de recrutamento, gerando altas dívidas, sofrem ameaças físicas e são coagidos a fazer horas-extras.

"Os resultados sugerem que o trabalho forçado está presente na indústria eletrônica da Malásia e, de fato, pode ser caracterizado como generalizado", afirma a Verite, que entrevistou 501 trabalhadores em 200 fábricas no país.

A indústria eletrônica é uma peça chave da economia malaia e fornece semicondutores, periféricos de informática, equipamentos de comunicação e outros produtos a marcas famosas como Apple, Samsung e Sony.

O sucesso do setor, no entanto, é baseado, em parte, na exploração dos trabalhadores estrangeiros, pobres e vulneráveis procedentes da Indonésia, Nepal, Índia, Vietnã, Bangladesh e Mianmar, afirma o estudo da ONG.

Irregularidades

A ONG aponta que 92% dos entrevistados tiveram que pagar taxas de recrutamento, cobradas tanto nos países de origem dos trabalhadores, como na Malásia. O valor "geralmente excede os parâmetros legais e industriais equivalentes a um mês de salário", afirma o estudo.

Metade dos imigrantes disse ter levado mais de um ano para quitar o valor e 92% fizeram horas extras para tentar pagar a dívida. Os trabalhadores também relataram ser impossível deixar o trabalho sem encerrar a dívida.

O relatório aponta também que 94% dos imigrantes não estavam com o passaporte no momento em que a equipe esteve com eles. Outros 71% afirmaram ser difícil obter o documento no momento em que precisam.

"Ficar com nossos passaportes é, nem mais nem menos, a escravidão moderna", afirmou um trabalhador birmanês, segundo o documento, citado pela *Associated France Press*.

"O mais moderno dos setores industriais é caracterizado por uma forma de exploração que há muito tempo deveria ter sido relegada ao passado", disse Daniel Viederman, diretor executivo da Verité.

Um trabalhador vindo do Nepal, relatou que seu passaporte foi retirado ainda no aeroporto. Ele pagou US\$ 1.500 para conseguir o trabalho. Após 14 meses na empresa, do contrato de três anos, não consegue juntar dinheiro porque ainda está pagando a taxa paga pelo recrutamento. O homem em questão trabalha 12 horas por dia, sete dias na semana e disse que levaria dois anos para terminar de pagar o empréstimo, relatou Viederman.

No total, 30% dos trabalhadores estrangeiros entrevistados denunciaram que são obrigados a dormir em quartos pequenos, onde são colocadas até oito pessoas. Também foi relatado que a liberdade de movimento é restrita, já que os passaportes são apreendidos. Outros 22% disseram que foram enganados a respeito das condições de trabalho e a pressões para horas extras no recrutamento.

Outro lado

Consultada pelo jornal norte-americano *The New York Times*, a embaixada da Malásia nos Estados Unidos não comentou o relatório devido a um feriado nacional. Funcionários da Samsung e da Sony não responderam as perguntas do diário.

A Apple respondeu que "esse é um tema que temos prestado muita atenção e trabalhado muito nisso. Nós somos a primeira companhia de eletrônicos a reembolsar os trabalhadores que tiveram que pagar taxas excessivas de recrutamento".

O porta-voz da empresa, Chris Gaither, disse que a Apple gastou US\$ 19,8 milhões para pagar o recrutamento forçado de trabalhadores que ultrapassavam o valor de um mês de salário e ressaltou que das 30 fábricas na Malásia utilizadas pela companhia, foram auditadas 18 no ano passado para investigar trabalho forçado e outros problemas.

Organizado por Ernesto Germano